

A licenciatura não te ensina a lidar, mas um dia acontece

Guilherme Dantas de Melo

9

O Choque do Inesperado

Uma das coisas mais naturais de se ocorrer em sala de aula, seja com um professor experiente ou com um docente em formação, é a fuga parcial ou completa pelos alunos dos tópicos do plano de aula. Por mais redonda e consistente que uma sequência didática possa ser no papel, quando há espaço para que estudantes se expressem, perguntem e desafiem, sempre haverá um ponto ou outro levantado que está completamente fora das expectativas do professor.

O que fazer nesse tipo de situação? Se não tomar o devido cuidado, o professor pode tanto ficar absorto na discussão e comprometer seu planejamento, como pode se prender completamente ao seu roteiro didático e ignorar uma singela curiosidade dos seus alunos. Com uma boa bagagem de experiência em campo, um docente aprende a contornar esse tipo de discussão, tanto desenvolvendo um filtro para tópicos que podem ser trabalhados no conteúdo, como também a habilidade e o conhecimento para agregar determinados pontos ao seu roteiro. Com isso, ele transforma um momento de sufoco e falta de foco em uma oportunidade para prender a atenção do alunado. Parece até mágica, o inesperado virar oportunidade. No entanto, o que fazer quando um desses “tópicos” acaba sendo a confissão de um crime cometido pelo aluno? Ou um relato de problemas domésticos? Ou uma dúvida pessoal que vira motivo de ridicularização em sala? E se a discussão ativa for-

tes gatilhos psicológicos em alguém da turma? O choque pode ser grande e a mágica pode perder completamente o brilho.

Fora das metodologias e concepções de ensino, o ambiente pedagógico pode parecer um local assustador para professores em formação, muitas vezes por conta do medo em ter que lidar com esses tipos de situações inesperadas. Com toda a gama de casos sobre situações de crise envolvendo professores em atuação que são relatados diariamente na mídia e por colegas da graduação, o licenciando pode, por vezes, ficar paranoico, pensando nas mil e uma possibilidades que podem ocorrer com ele na sala de aula no dia seguinte. Contudo, qual a raiz dessa insegurança? Por que esses tipos de situações nos são inesperadas?

As Primeiras Vistas da Sala de Aula

Tendo em vista que em meus últimos dois anos como licenciando estivemos à mercê do ensino remoto, este foi o primeiro estágio que me permitiu conhecer o ambiente físico escolar e suas adversidades, sendo então a minha primeira experiência, a partir da faculdade, com a realidade presencial do ensino. Assim, tirando as poucas oportunidades que tive com estágios não obrigatórios, essa foi a primeira vez que assumi uma turma de alunos presencialmente, e uma das minhas primeiras experiências no sistema público de ensino. Sendo aluno de física, meu estágio foi na disciplina de ciências, onde fiquei responsável por uma turma

do oitavo ano.

Para alguém que teve o ensino fundamental completo em escolas particulares, o ensino público especificamente, as instituições municipais e estaduais é sempre uma caixinha de surpresas. Não se sabe exatamente o que esperar do espaço físico das instituições, dos alunos ou mesmo dos recursos disponíveis para as aulas. Entretanto, com toda a visão pejorativa do sistema público que é compartilhada estruturalmente na nossa sociedade, não há como evitar a estereotipagem da instituição pública precarizada, com alunos vândalos que não respeitam o professor, e sem recursos para sequer ter quadro branco e ventiladores nas salas. Esse tipo de imagem preconcebida põe tensão e ansiedade em muitos licenciandos nos seus primeiros estágios de regência, vendo as escolas públicas como grandes adversidades que precisam ser contornadas para a aquisição do diploma. Por sorte, participei por dois anos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e, por mais que tenha sido em modalidade remota, pude observar previamente a partir dele um pouco da realidade do professor no ensino público, o que me ajudou em muito a desconstruir boa parte desses preconceitos.

Assim, meu choque de realidade foi consideravelmente amortecido quando observei as primeiras aulas da minha professora supervisora. Contudo, a tensão e a ansiedade ainda pairavam no ar, afinal, em algum

momento quem estaria ali na frente seria eu, tendo que fazer desenhos de anatomia humana no quadro, puxando a atenção da turma e tentando manter o silêncio na sala de aula. Lecionando, no entanto, acabei percebendo que esses pontos se baseiam, em boa parte, na prática em sala de aula e na comunicação com os alunos, tentando criar um balanço entre o pulso firme e abertura para fala e expressão. Com essa experiência, posso dizer que senti muito mais confiança na minha conversação em sala de aula e na autoridade que tinha com os alunos. Até que, em uma aula sobre sistema respiratório em que eu comentava sobre os problemas envolvendo consumo de cigarro, um aluno levantou uma questão: “E a maconha professor? É melhor que o cigarro, né?”. Fiquei paralisado por um instante, e, com o olhar, tentei buscar na supervisora um consentimento para abordar o assunto. Porém, assim que me dei conta, a classe já havia começado uma discussão generalizada sobre o uso da maconha e não havia mais como fugir do assunto.

Naquele momento, minha aflição não residia em discutir o assunto em si, o qual eu considerava algo normal de se falar. Ela estava na forma como eu deveria abordá-lo. Afinal, seria adequado falar seriamente sobre o uso de maconha para alunos do oitavo ano da mesma forma que discutido esse assunto com colegas de trabalho? No que deveria me limitar para não passar uma ideia errada? Ou ainda, aquele era re-

almente o melhor momento e local para tirar dúvidas de pré-adolescentes sobre uma das substâncias mais polêmicas da história? Querendo ou não, essas são situações que acontecem, e apesar de parecerem facilmente contornáveis na literatura, se não houver um preparo específico para elas, é esse tipo de reação que se pode ter.

Essa não foi a única circunstância que me jogou para o canto da parede, e muito menos foi a pior delas: alunos acusando seriamente seus colegas de beberem e fumarem; alunos autistas sendo ridicularizados em sala pelo que falam; discussões políticas no meio da aula; comentários xenofóbicos; comentários sexuais envolvendo docentes; alunos com depressão simplesmente deixando a aula no início e não voltando mais, entre outros casos. A princípio, por questões tanto de ética quanto moral, parecem ser situações solucionáveis a partir do apoio, da repreensão e do aconselhamento, mas na prática, essas ações não são tão simples de serem feitas e empreendidas, podendo, inclusive, ter um impacto negativo se feitas de forma incorreta.

O que um docente deveria fazer nesses tipos de situações? Intervir? Sim, mas como? Onde deveríamos aprender sobre isso? Apenas com a prática? Por que tópicos como esses são dificilmente abordados nas disciplinas de educação? São de fato situações inesperadas e fora da média ou são situações específicas demais para serem consideradas parte da docência? Afinal

de contas, seria a sensação de falta de preparo para circunstâncias como essas uma lacuna formativa?

O Papel da Licenciatura

Durante 4 a 5 anos de formação, licenciandos intermediam entre disciplinas da sua área específica e disciplinas voltadas para as práticas educacionais. Nesse período, é feito um esforço máximo para que os docentes em formação consigam gerar um produto da união entre a prática pedagógica e o desenvolvimento do seu conhecimento específico. No entanto, como em qualquer outra área de formação, um profissional



Fonte: Educaethos

nunca é moldado em completude pelo seu percurso acadêmico, mas principalmente pela sua vivência. Assim, a bagagem cultural, assim como as atitudes, modos e falas que um professor leva para a sala de aula não são moldados em totalidade pela sua jornada acadêmica, mas são principalmente frutos das experiências de vida e dos bens culturais que ele consome (MATOS, 2015).

Isso é uma característica marcante

de cargos sociais humanitários, onde os profissionais precisam se capacitar para promover não só o bem-estar do próximo, como também o seu encaixe social. Para isso, é necessário que o profissional não apenas se forme em plena capacitação para exercer seus serviços específicos, mas também desenvolva o tato para conseguir se vincular à classe para a qual ele dará suporte. Desse modo, um professor não pode se formar apenas um bom construtor de planos de ensino e um orador de primeira. Ele deve desenvolver a noção de que não será um mero interlocutor em sala de aula, mas um mediador do conhecimento e um ser dialógico (FREIRE, 2020), que estará a todo o momento em comunicação com seus alunos, instigando, desafiando, problematizando e dando suporte para o seu aprender e para o seu desenvolvimento como pessoa.

Contudo, o desenvolver desta prática comunicativa não deveria ficar a cargo apenas da experiência vivida pelo licenciando e por mero espelhamento das práticas educativas dos seus docentes. A falta de habilidade comunicativa para temáticas delicadas ou críticas em sala de aula pode se apresentar como um forte empecilho para o desenrolar do trabalho docente, pois esta está diretamente relacionada a sua atuação em sala de aula. Assim, ela pode ser compreendida como uma lacuna formativa, e como tal, pode ser extremamente prejudicial à adequação do futuro profissional ao seu ambiente de trabalho, pois, como ressalta Dos

Santos e Menezes:

Geralmente, é no início da sua carreira inserido na sala de aula que o professor se dá conta do tamanho das lacunas na sua formação inicial, isto resulta em um “choque de realidade” que acaba por frustrar o profissional, influenciando assim no seu modo de atuação com os alunos e com os colegas de trabalho. (DOS SANTOS, MENEZES, 2018, apud, SOUZA et al., 2020, p. 4–5).

Não se pode minimizar o objetivo geral da licenciatura como era feito há 40 anos. A formação de docentes, sejam eles licenciados ou pedagogos, não pode ser meramente técnica e instrumental: ela também deve ser humana. Como está disposto no artigo 3º do Parecer CNE/CP nº 2, de 1 de Julho de 2015, que fala sobre o objetivo da formação inicial e continuada de docentes:

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (BRASIL, 2015)

Como poderíamos, formados como docentes, afirmar que desenvolvemos uma compreensão ampla e contextualizada da educação se a base fundamental da comunicação e da compreensão não foi desenvolvida ao final da formação? Isso sem falar na omissão sistêmica das modalidades citadas, que pouco ou nunca são mencionadas durante o percurso formativo.

A falta de disciplinas voltadas ao tratamento de alunos com Necessidades Especiais de Ensino (NEEs), de transposição didática para pessoas com algum tipo de deficiência física ou cognitiva, de comportamento frente a problemas sociais e psicológicos atravessados pelos estudantes e de reconhecimento do contexto em que a instituição de ensino está inserida fazem bastante falta na formação do professor como ser humano, e isso fica bem perceptível ao graduando nas experiências dos estágios.

Formação de Seres Humanos

Apesar de toda a crítica feita, é importante refletir que, como formação humana, a jornada pela licenciatura terá que deixar diversas lacunas não preenchidas, uma vez que não há formação de seres humanos se não houver espaço para que os próprios formandos se desenvolvam propriamente como humanos. Por mais que hajam disciplinas voltadas para as práticas em sala de aula e para a conscientização do futuro docente sobre o seu contexto de trabalho, devemos nos lembrar do que ressalta NUNES (2001, apud, OLIVEIRA, SALES, SIL-

VA, 2017, p.10):

[...] professores são tomados como mobilizadores de variados saberes que se corporificam na prática pedagógica de forma que são construídos e reconstruídos conforme as experiências, os percursos formativos e profissionais e a necessidade de utilização.

Desse modo, seria, em certo ponto, tecnicista pensar que um percurso formativo poderia abarcar as múltiplas facetas sociais do trabalho docente como disciplinas metodológicas que, em teoria, desenvolveriam um profissional competente a realizar uma aproximação humana em um ambiente de convívio mútuo, tomando como base referenciais científicos e aulas expositivas. Nessa perspectiva, não haveria espaço para a construção da mentalidade subjetiva do docente, sendo o produto desse processo, então, um profissional moldado como sujeito transparente de si, vazio de opiniões, dialética, experiência ou vivência, fundado pela hipercomunicação e com ausência da negatividade heiddegeriana (HAN, 2017) que lhe atribui um contraste do espaço em que transita, sendo então apenas uma amálgama de jargões didáticos e de julgamentos já pré-estabelecidos.

Ainda assim, se faz necessário que os cursos de licenciaturas auxiliem nesta aproximação humana, não só com incentivos para a formação continuada, interdisciplinaridade e inclusão, mas com reais ações para que docentes complementem sua formação com esses aspectos, tanto na práti-

ca quanto na teoria. Abordagens humanas, instrução para lidar com situações críticas em sala de aula, tratamento de assuntos socialmente delicados, comunicação ativa, ensino de inclusão, entre outras práticas, são fundamentais para a formação das próximas gerações de professores de qualidade.

Referências

BRASIL. Parecer CNE/CP2/2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2015. BRASIL.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Pedagogia do Oprimido. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. 253 p.

HAN, Byung-Chul. Sociedade da Transparência. Tradução de Enio Paulo Giachini. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 120 p.

MATOS, Camila L. Cravo. Pensando a formação inicial de professores e suas incompletudes: lacunas. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 20, p. 35-49, nov. 2015.

OLIVEIRA, Rosilene de Souza; SALES, Márcea Andrade; SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Professor por Acaso? A Docência nos Institutos Federais. Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 17, n. 37, p. 5-16, dez. 2017.

SOUZA, Amanda Santana de et al. Formação Inicial de Professores: As Lacunas Presentes em Seu Percurso Formativo e Possíveis Caminhos de Superação. Revista Cenas Educacionais, Caetité, v. 3, n. 9488, p. 1-17, 2020.